

O DESCOMPASSO ENTRE TEORIA E PRÁTICA NAS ESCOLAS DO CAMPO

Eliane¹ Liecheski Artigas
Eliete Woitowicz²
Marilene Franciele Wilhelm³

Resumo

O presente trabalho procura pontuar diferenças entre duas Instituições de ensino consideradas escolas do campo. A primeira é o Colégio Estadual do Campo Professor Nilso Franceski, Distrito de Iguiporã, município de Marechal Cândido Rondon, Paraná. A Segunda trata-se do Colégio Estadual do Campo Aprendendo Com a Terra e Com a Vida, localizado no Assentamento Valmir Mota de Oliveira, no município de Cascavel, Paraná. Ambos intitulados do campo, porém com propostas pedagógicas diferenciadas, o primeiro considerado uma ramificação da educação urbana, o segundo propõe uma pedagogia nascida do movimento social do campo, onde contribui para a formalização e estruturação da política de Desenvolvimento da Educação do Campo. Caminha no viés da construção pedagógica embasada nas experiências dos sujeitos do campo.

Palavras-chave: Educação do Campo, propostas pedagógicas, escola de nomenclatura.

Introdução

O presente trabalho vem justamente na tentativa de levantar questões pertinentes no que dizem respeito à nomenclatura e a proposta pedagógica da educação do campo em diferentes instituições de ensino: Haveria uma diferença entre educação do campo e nas escolas intituladas com essa nomenclatura?

¹ Professora da Secretaria de Estado Da Educação do Paraná. Mestranda e m Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - Campus de Francisco Beltrão/PR. Integrante do Laboratório de Pesquisa LEG – Laboratório de Ensino de Geografia e Linha/Grupo de Pesquisa ENGEIO – Ensino e Práticas de Geografia, número do grupo 34953/2011, cadastrado junto à UNIOESTE (elanelie@yahoo.com.br).

² Professora da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Francisco Beltrão-PR. Membro do Laboratório de Pesquisa: Laboratório de Ensino de Geografia (LEG). Integrante da Linha e Grupo de Pesquisa Ensino e Práticas de Geografia (ENGEIO), número 34953/2011, cadastrado junto a UNIOESTE, e do Grupo de Pesquisa e Estudo em Geografia Agrária, Epistemologia e Ensino (GPEGAE), cadastrado junto a Universidade Estadual de Maringá (UEM).

³ Professora da rede básica de ensino, Mestranda e m Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - Campus de Francisco Beltrão/PR. Integrante do Laboratório de Pesquisa LEG – Laboratório de Ensino de Geografia e Linha/Grupo de Pesquisa ENGEIO – Ensino e Práticas de Geografia, número do grupo 34953/2011, cadastrado junto à UNIOESTE (maryejaimelive.com).

Nesse sentido, como lócus empírico do trabalho, foi escolhido o Colégio Estadual do Campo Professor Nilso Franceski, Distrito de Iguaporã, município de Marechal Cândido Rondon, Paraná e o Colégio Estadual do Campo Aprendendo Com a Terra e Com a Vida, no Assentamento Valmir Mota de Oliveira, município de Cascavel, Paraná.

A educação do campo pode contribuir para manter um maior número de pessoas na área rural. No entanto, é necessário ser desenvolvida na prática das instituições de ensino, de acordo com a necessidade da comunidade e em consonância com a lei que rege e ampara a educação do campo.

Diante dos múltiplos olhares e perspectivas a partir das quais é possível averiguar as atuais políticas para a educação do campo, pretendeu-se neste ensaio analisar a legislação específica, para compreender seus pressupostos e demandas. Considerou-se o Projeto Político Pedagógico (PPP) dos Colégios supracitados, de modo a verificar se este é condizente com a prática da educação do campo. Além disso, abordou-se esse contexto com a diretora e pedagoga das instituições de ensino pesquisadas, no intuito de identificar as dificuldades encontradas na implementação desse exemplo de educação.

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E O SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Desde a Revolução Verde no Brasil (final da década de 1960), milhares de pessoas abandonaram o espaço rural. Dentre os motivos, pode-se destacar a ideologia industrial, a procura por melhores condições de vida, acesso à saúde, trabalho e educação, além da expropriação dos pequenos camponeses pelo domínio dos latifundiários e das desconuais cooperações agrícolas sobre o território rural brasileiro.

Nesse contexto, Santos (2001) esclarece a lógica de agricultura sob os dogmas de uma globalização excludente, em que a competitividade é levada ao extremo. Formada pela imposição neoliberal das empresas hegemônicas e concebida como um pensamento único, tido como verdade, todavia, não passa de pura ideologia.

Contudo, em contraponto a esse período de expropriação, também se identifica a resistência de trabalhadores do campo, especialmente através da reorganização dos movimentos sociais pela terra, por meio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), comprovando que o campo não é um mundo inferior, voltado apenas para a produção

em grande escala. Segundo Fernandes (2005, p. 137), “o campo é lugar de vida, onde as pessoas podem morar trabalhar, estudar com dignidade, de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural”.

Nesse contexto, percebe-se que a nova configuração do espaço rural é formada não apenas pela monocultura e pela pecuária extensiva, resultado da modernização do campo e a expansão do agronegócio, mas também por pequenas propriedades de policultura que resistiram à expansão agrícola imposta pelas grandes corporações.

O campo é espaço da produção do saber e do conhecimento. Por isso, para compreender a situação atual do campo é necessário considerar as relações entre o trabalho e a educação no Brasil.

Assim, conforme aponta Fernandes (2005, p. 136), “[...] ver o campo como parte do mundo e não como aquilo que sobra além das cidades [...]” tornou-se marco para a insistência e discussão dos sem terra com os povos do campo: camponeses, quilombolas e indígenas, de modo a verificar sua diferente concepção de saber.

Contudo, nota-se que de maneira geral, a educação começa a ser discutida pelos movimentos sociais e se desenvolve numa perspectiva democrática e estabilizadora a partir da Constituição de 1988, firmando-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Esta, define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios para a educação rural. O artigo 28 da LDB caracteriza-se:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (LDB).

A Educação do campo surgiu através de inúmeras lutas realizadas por movimentos sociais e entidades do campo, ou seja, é fruto da organização de classes. Ela é resultado da resistência. Sua articulação nacional começou com a ideia de estruturação de uma Conferência, que foi realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 31 de julho de 1998 a Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, por sua vez, esta discussão começou durante o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (I ENERA) feito em julho de 1997. (KOLLING, 2002, pág.11, et al).

Seu surgimento enquanto proposta pedagógica é recente, iniciando-se com a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002), a qual importa destacar o Decreto que o institui como pilar estruturante:

Art. 2º: Estas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal.

Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 2002, p. 1).

Assim, destaca-se a importância de compreender diferença entre educação no campo e do campo: “No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais”. (CALDART, 2002, p. 18).

Definidas tais políticas no âmbito da melhoria das condições na educação do campo, compreende-se a valorização, reflexão e a difusão de uma educação “para o campo”, que, além de contribuir para manter o maior número de pessoas nas áreas rurais, qualifique-as para melhoria dos trabalhos desenvolvidos nas propriedades, de tal forma que possam manter sua identidade rural.

A perspectiva da educação do campo segundo Caldart (2002) é a de educar este povo, estas pessoas que trabalham no campo, para se articularem, se organizarem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino.

Contudo, percebe-se que em determinadas escolas não tem sido suficientes para levar a educação de forma adequada aos residentes no campo. De acordo com Weisheimer (2005) ocorre um descompasso entre um modelo educacional que tem como paradigma as sociedades urbanas em relação às necessidades específicas dos jovens rurais. Ao mesmo tempo em que a escola aparece distanciada do trabalho agrícola, introduz na cultura local os valores e os estilos de vida urbanos. “Não basta ter escolas no campo; queremos ajudar a construir escolas do campo, ou seja escolas com um projeto político-pedagógico vinculado as causas, aos desafios, aos sonhos à história e à cultura do povo trabalhador do campo” (Conferência, 1998)

ESCOLA DO CAMPO: APENAS NOMENCLATURA OU DE PROPOSTA PEDAGÓGICA

Entende-se que, diferente de outras concepções de educação, que a mudança não pode acontecer em primeiro lugar nos conteúdos e sim é necessário mudar a matriz formativa pedagógica e em suas relações sociais constituintes, que dá materialidade ao elo entre a escola e a vida. São elas: trabalho, luta social, organização coletiva, cultura e história. Nesse sentido, Arroyo (2004) afirma que:

Um primeiro desafio que temos é perceber qual educação está sendo oferecida ao meio rural e que concepção de educação está presente nesta oferta. Ter isto claro ajuda na forma de expressão e implementação de nossa proposta. A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas sobretudo deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz (ARROYO, 2004, p.23).

A educação do campo tem sido tratada como política compensatória, sendo formulada na maioria das vezes a partir de currículos urbanos geralmente, deslocado das necessidades e da realidade do campo. Nesse sentido, é urgente discutir a educação do campo, sendo fundamental importância que as instituições ligadas à educação do campo, garantam a aplicação das Diretrizes Operacionais das escolas do campo, qualificando os profissionais que atuam nessas escolas. Nesse sentido:

A educação do campo e não no campo quer valorizar este espaço, tornando-o melhor para viver, para garantir a permanência desses sujeitos que em grande medida responsáveis pela permanência no campo. Contudo, o papel dos educadores do campo, é de possibilitar dinâmicas pedagógicas que resgatem a cultura e o significado de se viver no campo com dignidade. (WIZNIEWSKY, 2010, pág. 37).

As metodologias para trabalhar os conteúdos são os instrumentos de transformação da sociedade. Dessa maneira, a prática educativa necessariamente destaca-se em assumir a proposta de construção de uma identidade que propicie a formação humana comprometida com a luta social.

Para tanto, o trabalho pedagógico faz a articulação dos conteúdos e apresenta-se com o objetivo de promover uma forma de ensinar que vai além da compreensão das regras básicas das “ciências”, que compreenda a vida por meio da natureza e da participação em sociedade.

O Colégio Estadual do Campo Professor Nilso Franceski – Ensino Fundamental e Médio, localizado no Distrito de Iguaporã – distante 17 km da sede do município de Marechal Cândido Rondon/PR –, está situado na zona rural, segundo os moldes da SEED/PR, e

caracteriza-se como escola do campo, uma vez que grande parte dos alunos são filhos de pequenos agricultores.

A primeira instituição de ensino (Figura 01) pesquisada teve sua implantação pelo município de Marechal Cândido Rondon/PR no ano de 1983. Possui 189 alunos, distribuídos no Ensino Fundamental II e Ensino Médio, além dos projetos Mais Educação e Centro de Língua Estrangeira Moderna (CELEM), com ensino da Língua Inglesa, nos dois turnos de funcionamento (matutino e vespertino).

Figura 01: Colégio Estadual do Campo Professor Nilso Franceski



Fonte: Liecheski, M.C.R, 2015.

Segundo a direção da escola, em torno de 86% das famílias que mantêm os filhos estudando no Colégio moram em casa própria, as quais 90%, localizam-se na zona rural. Motivo pelo qual o Colégio é admitido como “do campo”.

Em relação à primeira instituição de ensino apontada, as famílias dos alunos desenvolvem, majoritariamente, a produção agrícola familiar de milho e soja, criação de gado leiteiro, aves e suínos. Outros alunos são filhos de trabalhadores assalariados, provenientes do país vizinho (Paraguai), e trabalham no frigorífico de aves da Cooperativa Agroindustrial Copagril, localizado no município de Marechal Cândido Rondon.

Ao analisar a legislação específica, percebeu-se pressupostos que se configuraram num poderoso marco para garantir a igualdade de condições de ensino e aprendizagem, tendo como um dos princípios gerais o entendimento da necessidade de vincular a forma organizacional da escola, e a realidade local dos alunos com a formação específica do professor. Esses elementos são evidenciados no PPP do Colégio, constituído e organizado de acordo com a legislação estabelecida para a educação do campo, que aponta o seguinte:

Pensamos em uma educação direcionada para os alunos do campo voltada para suas necessidades, adequando os conteúdos para que esses tenham significado para estes. A partir das Diretrizes Curriculares Estaduais onde reforça a concepção de campo e de educação no campo e a importância de distinguir o rural do campo. O rural remetendo ao passado, ao atrasado, enquanto o campo, expressão cunhada pelos movimentos sociais, lugar de vida, cultura, saberes, merecedores da apropriação do conhecimento acumulado pela humanidade (PPP, 2012, p. 112).

Nesse sentido, compreende-se que a educação do campo tem por função contribuir para diferenciação do ensino das escolas localizadas nas áreas rurais. Uma educação que relacione a aprendizagem com o cotidiano dos alunos.

De acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo, o Colégio é considerado do campo, porém, na prática, isso não se concretiza. Segundo a diretora e pedagoga do Colégio, existem dificuldades e peculiaridades a serem repensadas no currículo e no ensino, como:

- Insuficiência e precariedade das instalações físicas da maioria das escolas;
- Os materiais didáticos não contemplam a realidade do campo;
- Dificuldades de acesso dos professores e alunos às escolas, em razão da falta de um sistema adequado de transporte escolar;
- Falta de professores habilitados e efetivados, o que provoca constante rotatividade;
- Falta de conhecimento especializado sobre políticas de educação básica para o meio rural, com currículos inadequados que privilegiam uma visão urbana de educação e desenvolvimento;
- Ausência de assistência pedagógica e supervisão escolar nas escolas rurais;
- Falta de atualização das propostas pedagógicas das escolas rurais;
- Baixos salários e sobrecarga de trabalho dos professores, quando comparados com os que atuam na zona urbana;
- Necessidade de reavaliação das políticas de nucleação das escolas e de implementação de calendário escolar adequado às necessidades do meio rural.

Esta situação comprova que a educação proposta nas diretrizes não se materializa no contexto do Colégio Estadual do Campo Professor Nilso Franceski. Além disso, percebe-se que a maioria dos professores do referido Colégio pertencem à área urbana, e não levam em consideração a formação específica para a educação do campo, o que prejudica o processo de ensino e aprendizagem dessa comunidade escolar.

A Educação do campo também necessita de um profissional capacitado na área atuante (no caso, formação específica em educação do campo) que consiga desenvolver uma educação de qualidade.

O segundo educandário analisado foi o Colégio Estadual do Campo Aprendendo Com a Terra e Com a Vida, localizado no Assentamento Valmir Mota de Oliveira, Fazenda Complexo Cajati, próximo a Br277 em Cascavel, Paraná. Surgiu como escola Itinerante Zumbi dos Palmares em 2003, devido às distâncias das outras escolas e as condições de transportes da área, as estradas de péssima qualidade, faziam com que os alunos do assentamento e dos acampamentos faltassem muito na escola prejudicando o ano letivo. Com a implementação das Escolas Itinerantes no Estado do Paraná, surgiu à escola Itinerante Zumbi dos Palmares, com o passar dos anos e as novas ocupações, acompanhou o acampamento e mudou-se para diferentes espaços na mesma cidade.

No ano de 2012 a mudança foi para o recém-criado Assentamento Valmir Mota de Oliveira, na fazenda Cajati. Em parceria com a prefeitura municipal de Cascavel e o governo estadual do Paraná iniciou o processo de formalização escolar, onde o município de Cascavel ficou com o atendimento a educação infantil e o ensino fundamental anos iniciais (1º ao 5º ano) e o Estado, pela Secretaria Estadual, o ensino fundamental série finais (6º ao 9º ano) e ensino médio.

No ano de 2013, através da Resolução 5639/13 da SEED/PR, credenciou e autorizou o Funcionamento do Colégio do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida, que atende os Anos Finais (6º ao 9º ano) do Ensino Fundamental e o Ensino médio.

De acordo com os dados da SEED, o colégio conta com 15 turmas distribuídas no ensino fundamental e médio e com aproximadamente 160 alunos dos diferentes assentamentos e acampamentos que ali permeiam.

No primeiro momento o colégio foi improvisado (Figura 02), cada casa construída, constituía-se uma sala de aula. Através dos relatos de pedagogos, diretor e professores as dificuldades consistia principalmente na estrutura física, no primeiro momento as salas eram de chão batido, faltavam banheiros, as estruturas eram precárias, mas ao longo do tempo em conjunto com a comunidade escolar as dificuldades foram minimizadas e comunidade foi contemplada com a construção de uma estrutura nova (Figura 03).

Figura 02: Colégio Estadual do Campo Aprendendo Com a Terra e Com a Vida



Fonte: LIECHESKI, Cascavel, 2015.

Figura 03 Construção do Novo Colégio Estadual do Campo Aprendendo Com a Terra e Com a Vida.



Fonte: LIECHESKI, Cascavel, 2015.

De acordo com o histórico de formação e atuação do Colégio Estadual do Campo Aprendendo Com a Terra e Com a Vida, pode-se constatar que o mesmo surgiu a partir da organização do Movimento Social (MST). Por isso a proposta pedagógica está diretamente alicerçada na construção da Educação do Campo. Nesse sentido,

É de fundamental importância que as instituições ligadas a educação do campo, garantam a aplicação das Diretrizes Operacionais das Escolas do Campo, qualificando os profissionais que atuam nessas escolas, a educação do campo e não no campo quer valorizar este espaço, tornando-o melhor para se vive, para garantir a permanência desses sujeitos que em grande medida responsáveis pela permanência

no campo. Contudo, o papel dos educadores do campo, é de possibilitar dinâmicas pedagógicas que resgatem a cultura e o significado de se viver no campo com dignidade. (WIZNIEWSKY, 2010, 'pág. 37)

Outra dificuldade relatada pela equipe diretiva foi à rotatividade dos professores. Grande parte do corpo docente faz parte do regime de Processo Seletivo Simplificado- PSS, regime de contratação temporária de professores. Por isso a cada ano ocorre troca de professores, que precisam primeiramente conhecer a realidade da escola do campo bem compreender a concepção e a proposta pedagógica das escolas que surgiram do movimento social e traduzem de fato à escola voltada as necessidades dos sujeitos do campo.

Ainda segundo Solda (2017), a proposta pedagógica das escolas do campo, desenvolvidas nos reassentamentos e acampamentos está organizada a partir dos Complexos de Estudo, que é o resultado da incorporação da experiência Russa da Escola do trabalho, com todo o acúmulo de construções teóricas educativas do MST com Pedagogia do Movimento. Além disso, as temáticas estudadas partem das necessidades da comunidade. Nesse sentido é de fundamental importância que o professor conheça a realidade da comunidade escolar.

Com base nesse breve diagnóstico, notou-se o descompromisso com a educação do campo por parte de quem rege as políticas públicas, visto que educação e ensino estão desatrelados do contexto e realidade do local. O que se percebe é que teoria e prática nem sempre caminham juntas. A educação do campo enquanto projeto está muito bem organizada, mas esse projeto não está firmado na realidade da maioria das escolas intituladas do campo. Apenas vem estruturando-se com proposta pedagógica diferenciada nas escolas que surgiram dentro do Movimento dos Sem Terra (MST).

Nesse sentido, a escola do Movimento, neste caso o Colégio Estadual do Campo Aprendendo Com a Terra e Com a Vida, se difere das demais, públicas, no caso o Colégio Estadual do Campo Professor Nilso Franceski, colégio de nomenclatura, por buscar um projeto que atenda aos anseios e as necessidades das famílias camponesas e por ser uma experiência na qual se aprende como se organizar coletivamente. “A perspectiva da educação do campo é exatamente a de educar este povo, estas pessoas que trabalham no campo, para se articularem, se organizarem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino”. (CALDART, 2002, pág. 19).

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G.; CALDART, Roseli S.; MOLINA, Mônica C. (Org.) Por uma educação do campo. 2ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____, Miguel G; Imagens quebradas Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução** CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. 3 f. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 abr. 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. SECAD – Secretaria da Educação continuada Alfabetização e Diversidade. Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas, 2007. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaocampo.pdf>>. Acesso em 23/06/2015.

CALDART, Roseli.S. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso, 2009. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/tes/v7n1/03.pdf>>.Acesso em:24/06/2015;

_____, Roseli S. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: Educação do campo: identidade e políticas públicas – Caderno 4. Brasília: Articulação Nacional “ Por Uma Educação Do Campo” 2002.

FERNANDES, Bernardo. Mançano. A questão agrária no Brasil hoje: subsídios para pensar a educação do campo. Cadernos Temáticos – Educação do Campo. SEED/PR, Curitiba, 2005;

FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM OLHAR HISTÓRICO, UMA REALIDADE CONCRET Revista Eletrônica de Educação. Ano V. No . 09, jul./dez. 2011. Disponível em: http://www.unifil.br/portal/arquivos/publicacoes/paginas/2012/1/413_546_publipg.pdf acesso em: 23/06/2015;

MATOS, Kelma Socorro Alves de; WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores; MEURER, Ane Karine; DAVID, Cesar de. Experiências e Diálogos em Educação do Campo. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

MEURER, Ana Karine. Projeto Político-Pedagógico Escolar: Questões a serem refletidas nas Escolas do Campo. In: MATOS, Kelma Socorro Alves de; WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores; MEURER, Ane Karine; DAVID, Cesar de. **Experiências e Diálogos em Educação do Campo**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

MEC/ CNE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer 02/2003. Disponível em: http://www.fenep.org.br/PARECER_CNE-CEB_N_02-2003.pdf Acesso em: 24/06/2015;

PPP- Projeto Político Pedagógico. Colégio Estadual do Campo Professor Nilso Franceski;

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2005;

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. : território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEED <http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas/f/fcls/escola/visao>

SOLDA, Maristela. Núcleo Setorial e os Aspectos Interdisciplinares na Proposta Pedagógica dos Complexos de estudo. Foz do Iguaçu, 2017.

WEISHEIMER, Nilson. Juventudes Rurais: Mapa de Estudos Recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005

WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores. A Contribuição da Geografia na Construção da Educação do Campo. In: MATOS, Kelma Socorro Alves de; WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores; MEURER, Ane Karine; DAVID, Cesar de. **Experiências e Diálogos em Educação do Campo**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.